

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCESSO DE PROMOÇÃO ESPECIAL**

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO** informa, a seguir, os critérios que serão utilizados para a avaliação dos candidatos inscritos para a realização do Processo de Promoção Especial:

1 – DA AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE PROMOÇÃO ESPECIAL

1.1. O Processo de Promoção Especial constará de Provas Objetivas, de caráter eliminatório, com 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, contendo 5 (cinco) alternativas cada questão.

1.2. As questões das Provas Objetivas serão distribuídas de acordo com os conteúdos abaixo:

Cargos	Conteúdo das Provas	Nº de Questões
Agente da Fiscalização	<p>Conhecimentos Gerais:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Língua Portuguesa ➤ Informática <p>Conhecimentos Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Direito Administrativo ➤ Direito Constitucional ➤ Constituição do Estado de São Paulo ➤ Legislação Específica ➤ Contabilidade Geral ➤ Contabilidade Pública ➤ Auditoria 	<p>9</p> <p>6</p> <p>5</p> <p>5</p> <p>5</p> <p>5</p> <p>5</p> <p>5</p>
Agente da Fiscalização – Administração	<p>Conhecimentos Gerais:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Língua Portuguesa ➤ Informática <p>Conhecimentos Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Direito Administrativo ➤ Direito Constitucional ➤ Constituição do Estado de São Paulo ➤ Gestão Pública ➤ Noções de Execução Orçamentária e Financeira ➤ Administração Financeira e Orçamentária ➤ Legislação Específica 	<p>9</p> <p>6</p> <p>5</p> <p>5</p> <p>5</p> <p>5</p> <p>5</p> <p>5</p>
Auxiliar Técnico da Fiscalização	<p>Conhecimentos Gerais:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Língua Portuguesa ➤ Informática <p>Conhecimentos Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Noções de Legislação 	<p>10</p> <p>10</p> <p>30</p>
Auxiliar da Fiscalização	<p>Conhecimentos Gerais:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Língua Portuguesa 	<p>50</p>

1.3. O Conteúdo Programático por Cargo consta do Anexo II do Edital de Abertura de Inscrições, publicado no DOE de 25/03/2017, conforme segue:

AGENTE DA FISCALIZAÇÃO

CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa: Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Flexão nominal e verbal. Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação. Emprego de tempos e modos verbais. Vozes do verbo. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Ocorrência de crase. Pontuação. Intelecção de texto.

Informática: Conhecimentos sobre Princípios Básicos de Informática. Microsoft Word 2010: Edição e Formatação de Textos. Microsoft Excel 2010: Elaboração de Tabelas e Gráficos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Administrativo: Contratos Administrativos. Licitações (Concorrência Pública, Tomada de Preços e Convite). Dispensa e inexigibilidade de Licitações. Bolsa Eletrônica de Compras/Pregão. Servidores Públicos (Admissão de Pessoal, Aposentadoria de Servidores, Limites de gastos com pessoal). Serviços Públicos. Controle da Administração.

Direito Constitucional: Constituição Federal. Municípios e Remuneração de Agentes Políticos (Arts. 29 a 31). Administração Pública (Arts. 37 a 43). Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária (Arts. 70 a 75). Finanças Públicas (Arts. 163 a 169).

Constituição do Estado de São Paulo: Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária (Arts. 32 a 36). Administração Pública (Arts. 111 a 116). Obras, Serviços Públicos, Compras e Alienações (Arts. 117 a 123). Servidores Públicos (Arts. 124 a 138). Finanças e Orçamentos (Arts. 169 a 176).

Legislação Específica: Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64 (Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, Estados e Municípios). Lei nº 10.261, de 28/10/68 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo). Lei Complementar nº 709, de 14/01/1993 (Lei Orgânica do TCE/SP). Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, de 08/06/94 (Licitações e Contratos da Administração Pública). Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Contabilidade Geral: Patrimônio: conceito, bens, direitos e obrigações, patrimônio líquido. Conta: determinação dos débitos e dos créditos, contas correntes. Escrituração: livros obrigatórios, métodos de escrituração, partidas dobradas.

Contabilidade Pública: Patrimônio nas entidades públicas: bens públicos, classificação dos bens públicos, dívida pública fundada ou consolidada, dívida fluante, patrimônio financeiro e patrimônio permanente. Receita Pública: conceito, receita efetiva, receita por mutação patrimonial, categorias econômicas, fontes de receitas orçamentárias, renda e receita pública.

Despesa Pública: conceito, despesa efetiva, despesa por mutação patrimonial, categorias econômicas, despesas fixas e variáveis, elementos de despesa pública. Entradas e Saídas extra orçamentárias. Superveniências e insubsistências ativas e passivas. Adiantamentos: conceito, concessão, aplicação e comprovação. Sistemas de contas: orçamentário, financeiro e patrimonial. Plano de Contas: características fundamentais, codificação da receita e da despesa, função das contas e escrituração. Balancetes periódicos. Balanços: orçamentário, financeiro, patrimonial e demonstração das variações patrimoniais.

Auditoria: Noções gerais de auditoria: finalidade, objetivos e responsabilidade. Distinção entre auditoria interna e externa. Tipos e procedimentos de auditoria. Julgamento de contas públicas pelo controle externo. O parecer e o relatório dos auditores.

AGENTE DA FISCALIZAÇÃO – ADMINISTRAÇÃO CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa: Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Flexão nominal e verbal. Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação. Emprego de tempos e modos verbais. Vozes do verbo. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Ocorrência de crase. Pontuação. Intelecção de texto.

Informática: Conhecimentos sobre Princípios Básicos de Informática. Microsoft Word 2010: Edição e Formatação de Textos. Microsoft Excel 2010: Elaboração de Tabelas e Gráficos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Administrativo: Contratos Administrativos. Licitações (Concorrência Pública, Tomada de Preços, Convite, Concurso, Leilão e Pregão). Dispensa e inexigibilidade de Licitações. Bolsa Eletrônica de Compras. Servidores Públicos (Formas de Provimento, Direitos e Vantagens de Ordem Pecuniária e em Geral, Deveres, Proibições e Responsabilidades, Penalidades, Processo Disciplinar). Serviços Públicos. Controle da Administração.

Direito Constitucional: Constituição Federal. Municípios e Remuneração de Agentes Políticos (Arts. 29 a 31). Administração Pública (Arts. 37 a 43). Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária (Arts. 70 a 75). Finanças Públicas (Arts. 163 a 169).

Constituição do Estado de São Paulo: Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária (Arts. 32 a 36). Administração Pública (Arts. 111 a 116). Obras, Serviços Públicos, Compras e Alienações (Arts. 117 a 123). Servidores Públicos (Arts. 124 a 138). Finanças e Orçamentos (Arts. 169 a 176).

Gestão Pública: Conceitos de Estado, sociedade e mercado. Ética no serviço público. Qualidade no serviço público. Conceitos de eficiência, eficácia e efetividade aplicados à Administração Pública. Avaliação e mensuração do desempenho governamental. Desenvolvimento Institucional. Abordagens da mudança organizacional. Novas formas de gestão de serviços públicos: formas de supervisão e contratualização de resultados; horizontalização; pluralismo institucional; prestação de serviços públicos e novas tecnologias. Instrumentos gerenciais contemporâneos: gestão por processos, melhoria de processos e desburocratização. Modelos de gestão de pessoas: gestão de pessoas por competências; liderança; estilo de liderança nas organizações; desempenho institucional; conflito nas organizações. Gestão do conhecimento. Controles internos e externos. Responsabilização e Prestação de Contas. Controle e Desempenho. Transparência. Ouvidoria.

Noções de Execução Orçamentária e Financeira: Programação e controle de recursos orçamentários e financeiros. Retenção e recolhimento de contribuição previdenciária incidente em serviços. Controle e pagamento de restos a pagar e de despesas de exercícios anteriores. Contabilização de contratos. Controle de suprimentos de fundos. Conformidade diária. Atualização do rol de responsáveis. Lei nº 4.320, de 17/03/1964. Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Administração Financeira e Orçamentária: Orçamento Público: conceitos e princípios. Orçamento público no Brasil. Ciclo orçamentário. Orçamento-Programa. Planejamento no Orçamento- Programa. Orçamento na constituição de 1988: LDO, LOA e PPA. Conceituação e classificação da Receita Pública. Classificação orçamentária da receita pública por categoria econômica no Brasil. Classificação dos Gastos Públicos segundo a

finalidade, natureza e agente (classificação funcional e econômica). Tipos de Créditos Orçamentários. Contas dos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial. Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Legislação Específica: Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64 (Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, Estados e Municípios). Lei nº 10.261, de 28/10/68 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo) e suas atualizações até a Lei Complementar nº 1.123, de 1º/7/2010. Lei Complementar nº 709, de 14/01/1993 (Lei Orgânica do TCESP). Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, de 08/06/94 (Licitações e Contratos da Administração Pública). Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 (pregão).

AUXILIAR TÉCNICO DA FISCALIZAÇÃO CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa: Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Flexão nominal e verbal. Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação. Emprego de tempos e modos verbais. Vozes do verbo. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Ocorrência de crase. Pontuação. Intelecção de texto.

Informática: Conhecimentos sobre Princípios Básicos de Informática. Microsoft Word 2010: Edição e Formatação de Textos. Microsoft Excel 2010: Elaboração de Tabelas e Gráficos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Noções de Legislação: Constituição Federal - arts. 37-43; 70 a 75 e 163-169. Constituição do Estado de São Paulo - arts. 32 a 36. Lei Federal nº 4.320/1964 – Título I e atualizações posteriores. Lei nº 10.261, de 28/10/68 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo). Lei Complementar nº 709, de 14/01/1993 (Lei Orgânica do TCESP). Regimento Interno, Título I. Licitações e Contratos administrativos (Leis nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002): Conceitos, finalidades, princípios, objetos, obrigatoriedade, dispensa, inexigibilidade e vedações, modalidades, procedimentos, anulação e revogação, sanções, pregão presencial e eletrônico, sistema de registro de preços. Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e atualizações posteriores: Disposições preliminares, Objetivos e abrangência. Lei Federal nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa) e atualizações posteriores.

AUXILIAR DA FISCALIZAÇÃO CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa: Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Flexão nominal e verbal. Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação. Emprego de tempos e modos verbais. Vozes do verbo. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Ocorrência de crase. Pontuação. Redação (confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas). Intelecção de texto.

2 – DA AVALIAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

2.1. A Prova Objetiva será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.

2.2. Na avaliação da prova será utilizado o Escore Bruto.

2.3. O Escore Bruto corresponde ao número de acertos que o candidato obtém na prova.

2.4. Para se chegar ao total de pontos, o candidato deverá dividir 100 (cem) pelo número de questões da prova e multiplicar pelo número de questões acertadas.

2.5. Cada questão terá o valor de 2 (dois) pontos.

2.6. O cálculo final será igual ao total de pontos do candidato.

2.7. Será considerado habilitado na Prova Objetiva o candidato que obtiver, no conjunto das provas, total de pontos igual ou superior a 75 (setenta e cinco).

2.8. O candidato que não alcançar total de pontos igual ou superior a 75 (setenta e cinco) na Prova Objetiva estará automaticamente eliminado do Processo de Promoção Especial.

2.9. A Nota Final de cada candidato será igual ao total de pontos obtidos nas Provas Objetivas.

Comissão de Promoção Especial, 19 de setembro de 2017.